



Ata da 14ª. Reunião Ordinária do CGSJ – Biênio 2013-2015

Data: 17/09/2014

Horário: 16 horas

Local: Auditório do Paço Municipal Nova Jundiá – Av. da Liberdade, s/nº -8º andar - Jundiá

Membros presentes. Titulares: Daniel Silva, Domenico Tremaroli, Florisvaldo Roberto, Jorge Junji Yoshino, José Fernando Christino Netto, José Rosa, Maria Romilda G. Mariotti, Nivaldo Callegari, Patrícia Regina Polli, Rodrigo Salva, Rosana Ferrari, Thiago Cavalli, Wagner Cubero, Wagner de Paiva, Yone Guatta Candioto. **Suplentes:** Suzana Traldi.

Pauta:

- 1) Aprovação da Ata da reunião anterior;
- 2) Justificativa de falta;
- 3) Palestra Sr. Mário Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica, sobre Plano Diretor da Mata Atlântica;
- 4) Processos 22.068/2014 (construção de muro na Estrada da Laranja Azeda) e 30.524-4/2013 – Wandir Antonio Schiozer (Edificação na Estrada Municipal de Santa Clara) – Parecer CT.
- 5) Outros Assuntos.

Constatado o quórum necessário, a reunião foi aberta pela Sra. Presidente Rosana Ferrari, que passou a palavra para a Secretária de Planejamento e Meio Ambiente Daniela da Camara Sutti. A Sra. Daniela agradeceu a presença do Sr. Mantovani e deu a notícia de que o Plano Diretor da Mata Atlântica fará parte do Plano Diretor do Município, que está em fase de revisão. Na sequência, o Sr. Mantovani deu início à palestra, destacando a importância dos Conselhos na gestão ambiental. Ressaltou que o Programa da SOS é o fomento aos Planos Municipais de Mata Atlântica, contribuindo para o fortalecimento da gestão ambiental local participativa e efetivação da Lei da Mata Atlântica. Fez uma breve retrospectiva de sua participação nos movimentos de preservação dos remanescentes de Mata Atlântica existentes em Jundiá e destacou que o município possui informações suficientes para elaborar o seu PMMA. Informou que a Lei Complementar nº 417/2004 poderá ser incorporada ao Plano. Explanou sobre a existência de uma metodologia estabelecida pelo Ministério de Meio Ambiente para elaboração dos Planos e que os mesmos devem obedecer às seguintes etapas: Diagnóstico da situação atual, Definição da Visão do Futuro, Formulação de Plano de Ação, Aprovação e Implementação. A Sra. Suzana Traldi questionou sobre a fiscalização dos Planos nos municípios onde já foram implantados. O Sr. Mantovani informou que o Plano funciona onde o Conselho de Meio Ambiente é atuante. Destacou, também, a importância de apresentar o Plano aprovado à Promotoria e citou o exemplo do Vale do Jequitinhonha, onde a Promotoria fez o Plano ser cumprido. O Sr. Thiago Pinto Pires (convidado) questionou como ficam os municípios que possuem outros tipos de vegetação, além da Mata Atlântica. O Sr. Mantovani deu como exemplo a cidade de Bauru, onde o Plano recebeu a denominação de Plano Municipal da Mata Atlântica e do Cerrado. Destacou que a Fundação cobre 17 estados e que contratou uma empresa de georreferenciamento. Que, hoje, 8% dos remanescentes de Mata Atlântica do Brasil estão em estágios Médio e Avançado. A Sra. Vânia Plaza Nunes, membro do COMDEMA, questionou que, no mapa apresentado pelo Sr. Mantovani, 100% da cobertura original do município é apontada como Mata Atlântica e não são apontadas as áreas de cerrado. O Sr. Mantovani respondeu que o mapa apresentado era do IBGE e que não registrava fragmentos menores que 100 hectares. Assim, para efeitos da Lei da Mata Atlântica, 100 % da cobertura original do município é Mata Atlântica. O Sr. Massao, membro do COMDEMA, discorreu sobre pagamento por serviços ambientais e



sugeriu que áreas agrícolas e de silvicultura sejam consideradas áreas florestadas. O Sr. Mantovani lembrou que o novo Código Florestal Brasileiro, aprovado em 2012, sofreu modificações acerca das atividades permitidas em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, tornando-se menos restritivo e aceitando o plantio de Sistemas Agroflorestais em tais áreas. Destacou que uma árvore para chegar até os cinco anos custa entre R\$ 15 e R\$ 17 e que, portanto, é melhor não destruir. A convidada Luciana de Moraes questionou onde entra a arborização urbana. O Sr. Mantovani informou que municípios como João Pessoa e Maringá contemplaram a questão da arborização urbana em seus Planos. Cada município deve estabelecer o que é realmente expressivo. Tendo em vista o horário determinado para o término da reunião, a mesma foi encerrada e eu, Luciana Maretti, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim _____ e pela Sra. Maria Romilda G, Mariotti, Secretária do CGSJ _____.